

## DIPLOMACIA

## Canal aberto com Brasil

Encarregado de Negócios dos Estados Unidos no Brasil, Douglas Koneff afirma que os presidentes Joe Biden e Jair Bolsonaro têm muito a conversar sobre meio ambiente e prosperidade econômica

» VINICIUS DORIA  
» VICTOR CORREA

A diplomacia está trabalhando intensamente para desobstruir os canais de negociação entre Brasil e Estados Unidos, às vésperas da 9ª Cúpula das Américas, que começa na semana que vem, em Los Angeles, com a participação confirmada do presidente Jair Bolsonaro.

Para o governo dos EUA, os dois países compartilham prioridades, como democracia, justiça racial, respeito aos direitos humanos, prosperidade econômica regional, proteção ao meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, enfrentamento da pandemia de covid-19 e cooperação em segurança e defesa “para promover a paz e o Estado de Direito”, segundo declarações do encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, Douglas Koneff.

“É natural que os líderes das duas maiores democracias do continente se encontrem. Nós temos uma relação estratégica de longo prazo, baseada nas instituições, que são mais importantes que as personalidades”, disse Koneff — um dos principais articuladores do encontro bilateral entre Biden e Bolsonaro — em entrevista, ontem, na sede da representação diplomática, em Brasília.

## Eleições no Brasil

O convite de Biden para a reunião bilateral foi feito na semana passada, por intermédio do assessor especial do governo dos EUA, Christopher Dodd, em uma audiência com Bolsonaro, no Palácio do Planalto. Depois dessa audiência, o presidente brasileiro informou que participará da Cúpula, que começa na segunda-feira. A relação entre os dois países está adormecida desde que Bolsonaro se posicionou pela reeleição de Donald Trump, derrotado nas urnas por Biden. O brasileiro foi um dos últimos chefes de Estado do mundo a enviar mensagem de cumprimento ao então presidente eleito.

“Eu espero que eles conversem sobre comércio e investimentos, energia limpa, segurança alimentar. Acho que vão tratar também de mudanças climáticas, vão falar de imigração”, disse Koneff, antecipando alguns dos temas que devem fazer parte da agenda entre os dois líderes. “Nosso trabalho (da diplomacia) é prepará-los para falar sobre uma ampla gama de assuntos que são importantes

Divulgação



Koneff: “É natural que os líderes das duas maiores democracias do continente se encontrem. Temos uma relação estratégica de longo prazo”

para os dois países. E eu acho que democracia será um desses temas”, opinou o encarregado de Negócios, ao ser perguntado sobre como os Estados Unidos veem o processo eleitoral no Brasil.

“Nossa posição sobre as eleições no Brasil é bem conhecida. A eleição brasileira é para o povo brasileiro decidir. E, novamente, estamos confiantes nas instituições brasileiras, e nós dissemos isso várias e várias vezes. Não há o que acrescentar”, comentou o encarregado de negócios.

Koneff, que comanda interinamente a chefia da representação diplomática dos EUA, relatou o encontro que teve, mês passado, com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Edson Fachin, e diplomatas de outros países sobre as eleições. Segundo ele, o TSE já confirmou a vinda de observadores internacionais. “Observadores eleitorais são uma parte natural das eleições em todo o mundo, atualmente. Essas organizações estão participando em quase todas as eleições, inclusive nos Estados Unidos. Então, será esse o caso no Brasil também”, esclareceu.

## Imigração

Outro tema que fará parte da agenda dos dois presidentes

é imigração. Douglas Koneff adiantou que “o presidente Biden vai reconhecer o importante papel que o Brasil vem tendo na questão da imigração e nas questões humanitárias”.

“Estive recentemente em Prudentópolis (PR) para encontrar ucranianos que fugiram da crise humanitária. E quase me traz lágrimas aos olhos lembrar como eles expressaram a gratidão ao povo brasileiro. Vocês têm muito do que se orgulhar nessa questão, acho que isso é algo que nossos dois líderes vão discutir também”, concluiu.

Koneff ficará à frente da representação dos EUA no Brasil até que a indicada por Joe Biden para o cargo de embaixadora, Elizabeth Bagley, cumpra os trâmites para assumir o posto. Em sabatina no Senado americano, no mês passado, ela também fez comentários sobre a eleição no Brasil. Declarou, na ocasião, que o presidente Bolsonaro “tem dito muitas coisas, mas o Brasil é uma democracia, tem Judiciário e Legislativo independentes e liberdade de expressão”. Para ela, o país “têm todas as instituições democráticas para realizar eleições livres e justas”. A expectativa é que ela assuma o posto antes das eleições de outubro.

## Parceria na produção de insumos agrícolas

A preocupação externada publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro em relação à dificuldade de importar fertilizantes da Rússia e da Ucrânia foi considerada pelo encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos, Douglas Koneff, como um “mal-entendido”. O chefe de Estado brasileiro chegou a pôr em dúvida o futuro da próxima safra por causa das sanções impostas pelos EUA à Rússia por causa da invasão à Ucrânia.

“Fertilizantes não são parte das sanções econômicas, e acho que, como você tem visto, o Brasil continua a receber fertilizantes da Rússia”, declarou o diplomata. Koneff explicou que há exceções às sanções econômicas que incluem bens agrícolas, suprimentos médicos e bens humanitários.

Nesta semana, Bolsonaro declarou que o país tem fertilizantes garantidos “até o início do ano que vem”, e que quase 26 navios russos aportaram no país trazendo os produtos. Dias antes, o presidente chegou a acionar a Organização Mundial de Comércio

(OMC) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas para pedir a livre passagem dos navios russos.

Koneff acrescentou, porém, que os países do continente americano precisam ser menos dependentes de fertilizantes importados. Informou que já estão sendo tomadas medidas nesse sentido, como a transferência de tecnologia para o setor e o estímulo à ampliação das relações de comércio nos setores de alimentos e insumos agrícolas. “Uma das formas pelas quais tentaremos resolver esse problema é desenvolvendo boas cadeias regionais de suprimentos”, explicou o encarregado, citando viagens do atual ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes, ao Canadá e aos Estados Unidos.

“No final deste mês, nós vamos iniciar uma troca de especialistas. Vamos trazer cientistas de alimentos dos Estados Unidos para falar sobre como aumentar a eficiência dos fertilizantes. Isso vai tornar o Brasil menos dependente da importação”, finalizou. (VD e VC)

## &gt;&gt; DE UNO

www.correio braziliense.com.br

crédito: foto: deuno



## Dallagnol é dispensado de pagar despesas da Lava-Jato

A Justiça Federal suspendeu o processo do Tribunal de Contas da União (TCU) que cobrava do ex-procurador da República Deltan Dallagnol (foto) a restituição de valores pagos em diárias de viagem, durante a coordenação da Operação Lava Jato. A decisão é do desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) Augusto César Pansini Gonçalves. O magistrado destacou que Dallagnol não foi responsável por ordenar as despesas. O ministro Bruno Dantas, do TCU, havia determinado que os procuradores da Lava Jato restituíssem os custos envolvendo diárias, passagens, gratificações durante a relação da operação.

## TSE: Novo é o único partido a recusar o fundo eleitoral

O Partido Novo comunicou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que renunciou ao repasse dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral. Segundo a Corte, a legenda abdicou de R\$ 87,7 milhões, orçados para financiar a campanha eleitoral. O partido é o único a abrir mão desse direito. Em 2018, o Novo também recusou o repasse eleitoral, no valor de R\$ 980 mil à época. O Tesouro Nacional já disponibilizou ao TSE os R\$ 4,9 bilhões referentes ao FEFC, valor que representa a maior soma de recursos já destinada ao Fundo desde a criação, em 2017.

## Ciro: Lula quer “reescrever a história” de Geraldo Alckmin

O pré-candidato ao Planalto, o deputado Paulo Sérgio, afirmou que o projeto de lei que acaba com a impenhorabilidade do único imóvel de família está marcado pela controvérsia. A proposta, que ainda será analisada no Senado Federal, permite que a família ceda o imóvel como garantia na negociação de um empréstimo.

Conhecido como novo marco legal das garantias de financiamentos, o projeto recebeu 260 votos favoráveis e 111 contrários. É de autoria do Executivo e foi enviado em 2021 pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Na época, o chefe da equipe econômica alegou que a medida ampliaria o acesso ao crédito pela população. Esse argumento pesou na votação em plenário esta semana.

O deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) votou a favor da proposta. “O projeto permite que a pessoa pegue o imóvel e dê como garantia. Digamos que o imóvel vale 1 milhão, e o empréstimo que ele precisa é de 200 mil. A dona do imóvel vai ter a

## CONGRESSO

## Penhora de único imóvel segue alvo de polêmica

» FERNANDA STRICKLAND  
» TAÍSA MEDEIROS

Aprovado na Câmara dos Deputados na última quarta-feira, o projeto de lei que acaba com a impenhorabilidade do único imóvel de família está marcado pela controvérsia. A proposta, que ainda será analisada no Senado Federal, permite que a família ceda o imóvel como garantia na negociação de um empréstimo.

Conhecido como novo marco legal das garantias de financiamentos, o projeto recebeu 260 votos favoráveis e 111 contrários. É de autoria do Executivo e foi enviado em 2021 pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Na época, o chefe da equipe econômica alegou que a medida ampliaria o acesso ao crédito pela população. Esse argumento pesou na votação em plenário esta semana.

O deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) votou a favor da proposta. “O projeto permite que a pessoa pegue o imóvel e dê como garantia. Digamos que o imóvel vale 1 milhão, e o empréstimo que ele precisa é de 200 mil. A dona do imóvel vai ter a

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Câmara: proposta do governo recebeu 260 votos favoráveis

possibilidade de pegar um novo empréstimo. Como o banco já tem a garantia da casa, aumenta a confiança e diminui os juros”, explicou ao **Correio**.

## Perda da casa

Atualmente, o imóvel de cada

família é impenhorável e só pode ser usado como garantia do próprio imóvel ou leiloado caso haja descumprimento do financiamento imobiliário. Para que ocorra a penhora por outros motivos, é necessário analisar o valor do imóvel e recorrer à decisão judicial.

O deputado Enio Verri (PT-PR) disse que o projeto só interessa aos bancos e ao mercado financeiro. “Uma pessoa pobre que só tem a casa pra morar, e para a família, o banco pode tirar a casa da pessoa. A única coisa que tem de garantir para a família ele pode perder”, afirmou. “Imagine quantas pessoas podem perder suas casas.”

Em plenário, parlamentares especularam o risco de que, com a medida, o Brasil gerasse crise semelhante à ocorrida nos Estados Unidos em 2008, quando houve a bolha imobiliária. “Com o aumento na facilidade de obtenção de crédito, aumenta consequentemente a possibilidade de inadimplência. Com isso, os bens de família, que antes eram impenhoráveis, passam a estar disponíveis no mercado. Se há muita oferta, o valor tende a cair, podendo tornar a dívida impagável. É preciso ter um maior controle na concessão do empréstimo, evitando-se o aumento descontrolado da taxa de inadimplência”, alertou o advogado cível Marcos Von Glehn, sócio do Machado Ramos & Von Glehn Advogados.

Para Henrique Cisman, editor chefe de conteúdo do GRI Club, o ganho do fim da impenhorabilidade de imóveis é estimular o instrumento da hipoteca aqui no Brasil, que é um dos objetivos desse novo marco de garantias do governo federal. “A gente tem aqui no Brasil um uso muito pequeno das hipotecas comparado a outros países”, comentou. “Existem algumas preocupações em relação a tomar da família o único bem que ela tem, mas, do ponto de vista do mercado, com certeza é um avanço em termos de garantia e de operação de crédito.”

A deputada Tábata Amaral (PSB) precisou explicar o voto a na Câmara. A parlamentar votou pela aprovação da medida, questão que repercutiu nas redes sociais. Em uma rede social, ela explicou que é contra a proposta e que “houve um erro na orientação da minha votação”.

“Havia três destaques que tentavam retirar essa parte do projeto. Em um você deveria votar sim, e em outro, não. Infelizmente, acabei cometendo um erro técnico”, explicou Tábata, em vídeo publicado.